

# Rede Memorial: cultura digital, redes colaborativas e a digitalização dos acervos memoriais do Brasil

Pedro Puntoni

*Núcleo de Cultura Digital do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento;  
Departamento de História da Universidade de São Paulo*

## **Memória, memorial, digital**

*Memorial* é como denominamos algo relativo à memória ou àquilo que merece ser lembrado. O termo, como substantivo, designa a narração de acontecimentos ou de histórias de pessoas que não podem ser esquecidas, ou ainda o suporte destas narrativas: um monumento de pedra, um quadro, um livro ou mesmo uma pequena anotação. Como adjetivo, a palavra tem servido, no Brasil e nos últimos anos, para definir os acervos de documentos (em todos os suportes, sejam eles bidimensionais ou não) que se inscrevem no processo de construção da memória coletiva e são o material para a escrita da história e para a formação de uma consciência histórica<sup>1</sup>. São acervos geridos por diversas instituições: arquivos, bibliotecas, centros de informação, museus, centros de documentação etc.<sup>2</sup> Fenômeno que se dá justamente no processo atual

---

<sup>1</sup> Sobre memória coletiva e a história, cf.: Halbwachs (1997 [1950]). Veja também os livros de Cubitt (2007), e de Fentress e Wickham (2009). Sobre a oposição entre memória e história, veja o estudo introdutório de Nora (1984).

<sup>2</sup> Segundo a definição apresentada por Menezes Balbi, Zendron e Marcelino (2014): “Acervos memoriais são bens patrimoniais, pertencentes ou sob a guarda de um indivíduo ou uma instituição, pelos quais se pode ter acesso a informações valiosas de varias áreas do saber, de forma a preservar a identidade e a memória de uma comunidade”. Para uma caracterização deste setor, veja o Quadro 1 nas páginas 12 e 13.

de convergência dos arquivos, bibliotecas, museus e centros de memória, nas suas finalidades sociais e nos processos de gerenciamento e preservação de suas coleções<sup>3</sup>. Podemos, então, falar em “instituições memoriais” –que, na definição de Marcos Galindo, são “aquelas organizações, públicas ou privadas que tem por missão a custódia, o resgate, a preservação e o acesso livre ao patrimônio memorial e cultural da humanidade” (Galindo, 2014)–. Estas “instituições-memória”<sup>4</sup>, criadas há milhares de anos juntamente com a escrita e as civilizações na Mesopotâmia, foram sempre configurando-se como instituições do poder (ver [Göbel e Müller](#), e [Vessuri](#) neste livro). Lugares de controle da memória, de controle das narrativas do coletivo. Elas evoluiriam, junto com o processo da formação do Estado moderno, para organizações burocráticas, seja como aparelhos de exercício do poder, mas também como espaços de reinvenção do social e de formulação de novas narrativas. Cristalizada no século XIX, a tipologia das instituições memoriais estava determinada pela materialidade dos objetos colecionáveis e destinados à preservação, tendo em vista um programa de construção de memória social relacionado à formação do Estado nacional e da própria ideia de nação, como sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginária.

Com a crescente urbanização e a emergência de uma economia fundada nos processos de conhecimento e informação, as instituições memoriais, adequando-se (ou não) às novas possibilidades das tecnologias da informação, iniciaram um claro processo de convergência. Convergência das suas finalidades de preservação e construção da memória social, convergência de processos de tratamento dos bens patrimoniados, convergência dos mecanismos de difusão do conhecimento custodiado e valorização social do seu papel. Com efeito, cada vez mais um museu se aproxima de uma biblioteca, uma biblioteca de um arquivo, um arquivo de um museu (ver [Vessuri](#) neste livro). Falamos em termos de processos

---

<sup>3</sup> Sobre este processo, veja o artigo de Peter Homulus (1990). Como sintetiza Isabel da Costa Marques, “as diferenças entre bibliotecas, museus e arquivos são um fenômeno relativamente recente, considerando que a gênese destas instituições partiu de colecções indiferenciadas de objectos de diferentes naturezas: livros, medalhas, documentos, esculturas, etc. O acentuar das diferenças deveu-se essencialmente às exigências na gestão das colecções que, ao longo do século XVIII-XIX, se multiplicaram, conduzindo a diferenciações na natureza dos materiais que conservam, nos meios pelos quais os disponibilizam e no desenvolvimento dos seus quadros profissionais especializados” (2010, pp. 37 e ss.).

<sup>4</sup> Cf. Le Goff (1990).

e não em termos de tipologias documentais. Há, evidentemente, uma especialização, uma orientação que determina a centralidade da coleção na caracterização da instituição cultural dedicada à guarda e difusão de acervos memoriais. Mas devemos notar que esta convergência de processos tem aproximado estas instituições, seja por meio da interação resultante de soluções da tecnologia da informação, ou também pelo compromisso público que se tornou possível com a emergência deste novo campo da cultura: a cultura digital.

A popularização da internet, processo iniciado em meados dos anos 90 do século passado, e das tecnologias de informação modeladas em dispositivos digitais (que se constroem a partir de algoritmos baseados em valores discretos) tem produzido uma nova forma de sociedade. O impacto deste novo ambiente tecnológico é global e, de alguma maneira, quase todos os outros sistemas de conhecimento estão sendo absorvidos na sua lógica particular. Não são poucos os campos do conhecimento e da ação social que têm sido alterados e/ou permeados por dispositivos digitais e por tecnologias. Algumas análises mais radicais, baseadas nas descobertas da moderna ciência da mente, têm apontado que o próprio modo de funcionamento do cérebro pode estar mudando<sup>5</sup>. Quando se pensa nos processos de leitura, de relação mesmo com o registro escrito, com a fruição dos registros visuais e audiovisuais, vivemos, cada vez mais, imersos num “cibermundo hiperbólico”, dominado por uma multiplicidade de telas –um universo com informação em excesso–. No diagnóstico dos filósofos Giles Lipovetsky e Jean Serroy, “o mundo das telas deslocalizou, dessincronizou, desregrou o espaço-tempo da cultura”<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Kandel (2009). Veja também o interessante livro de Carr (2010).

<sup>6</sup> “Chega-se aqui, com o formidável inchaço da esfera informacional, a um aspecto problemático da cultura-mundo. Até então a cultura se desenvolveu na ordem do finito e da raridade; na era hipermoderna, estamos no pleno desenvolvimento e na multiplicação ao infinito. No cibermundo hiperbólico, o usuário tem acesso imediatamente a um excesso de informações desordenadas e não hierarquizadas; ele tem a liberdade de se projetar onde quiser, de aprender, de olhar de abrir o seu caminho pessoal. O problema está, naturalmente, em saber exercer essa liberdade nas novas condições de um sistema proeminente, emula *Ecranópolis* que alguns temem que, como a *Metropolis* de Fritz Lang, se transforme em um sistema totalitário, mais escravista que libertador dos homens. No Ocidente, a liberdade não é ameaçada pela falta, pela censura, pela limitação; ela o é pela superinformação, pela overdose, pelo caos, que acompanha a própria abundância. Não é informação que falta: ela transborda em nós; o que falta é um método de orientação nessa superfatura indiferenciada, para que se alcance uma distancia analítica e crítica, que será a única a lhe dar sentido. Uma das grandes apostas da cultura-mundo está aí: como editar os indivíduos e

Entender este novo contexto da cultura tem sido decisivo para as políticas da memória e do patrimônio.

Neste quadro, o papel das instituições memoriais está se transformando de forma radical. Quando pensamos, portanto, na convergência das bibliotecas, museus e arquivos, podemos falar, na verdade, em uma *reconvergência* (*reconvergence*) destas instituições no ciberespaço, lugar de encontro dos acervos (como sistemas de informação) e do uso e reuso dos conteúdos capturados em imagens digitais. Segundo Lisa M. Given e Lianne McTavish, hoje muitos repositórios e portais refletem esta convergência das bibliotecas, museus e arquivos como instituições com mandatos comuns para a preservação e o acesso. Nas suas palavras,

The recent reunion of these types of organizations is driven by a number of factors, including demands from government funding agencies that museums and archives do not focus exclusively on the accumulation and classification of objects but instead serve a wider public by making information more available. Administrators of museums and archives have responded in part by digitizing collections and documents, circulating their holdings in a manner akin to libraries (2010, p. 9).

Como veremos, no Brasil a construção desta demanda pelo governo federal e pelas agências de fomento levou, de fato, ao fortalecimento de diversas iniciativas de digitalização dos acervos e formulação de uma primeira tentativa de política pública pelo Ministério da Cultura. Contudo, a fragilidade da democracia brasileira conduziu, recentemente, ao abandono deste protagonismo e, conseqüentemente, o colapso desta demanda –com grande impacto nesta dimensão da cultura–. No Brasil, o desapareço pela memória e o abandono dos acervos, e o descuido com as instituições memoriais é um silenciamento reiterado por uma elite não comprometida com uma cultura nacional, não comprometida com a memória social e desejosa, apenas, de manter atuando os mecanismos predatórios e a acumulação capitalista ampliada.

### **Jangada digital, cultura digital**

Esta correlação entre cultura digital e ressignificação das instituições memoriais é um fenômeno global (ver [Vessuri](#) neste livro), mas que encontrou

---

formar espíritos livres em um universo com informação em excesso?" (Lipovetsky e Serroy, 2011 [2008], pp. 80-81).

no Brasil um momento particularmente propício na primeira década do século XXI. Com efeito, a eleição de um governo de caráter popular esteve vinculada ao processo de valorização das instituições da memória, em sintonia com o fortalecimento dos campos de pesquisa das ciências humanas e o desejo de aprofundar o conhecimento da história nacional. E justamente por isso, este foi um governo que fortemente investiu na valorização da pesquisa e da cultura. Neste contexto, temos de compreender que a gestão Gilberto Gil do Ministério da Cultura (2003-2008) e de Juca Ferreira (2008-2010) –antes seu secretário executivo– foi um momento decisivo. Uma nova perspectiva, que pensava a atuação do governo federal como instigador e produtor de políticas públicas, foi traçada deste o primeiro momento. No seu discurso de posse, em 2 de janeiro de 2003, o músico e agora ministro Gilberto Gil definia a cultura como algo “muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta ‘classe artística e intelectual’ (...) nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas”. A cultura deve ser entendida,

como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. Nesta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os unem (2013b, p. 239).

Com efeito, seguindo esta diretriz, o Ministério da Cultura foi capaz de estimular a criação e produção de bens culturais, fortalecendo a cultura digital como instrumento de invenção mas, sobretudo, de ampliação do acesso universal aos bens simbólicos. Sustentado por uma comunidade de ativistas, marcado por uma ética hacker<sup>7</sup>, a ação do MinC será decisiva na transformação da cul-

---

<sup>7</sup> Sobre a “ética hacker” e seu compromisso com a liberdade, veja os livros de Lévy (1984) e de Himanen (2001). O artigo de da Silveira analisa a cultura hacker e o ciberativismo “práticas

tura brasileira. Em 10 de agosto de 2004, o ministro Gilberto Gil deu uma aula magna na Universidade de São Paulo em que definia o que sua gestão entendia por *cultura digital*:

Cultura digital é um conceito novo. Parte da ideia de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso de tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da Internet e do *software* livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento, maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte (2013a, p. 275).

Em um livro que estudou esta gestão e seu significado para a cultura brasileira, Eliane Costa mostrou como –tomando o computador e a internet como pontos de partida, e não como linha de chegada– o Ministério da Cultura foi “além da concepção de inclusão digital como mero acesso ao computador, incorporando uma reflexão sobre os usos da tecnologia no campo cultural, bem como a perspectiva da autonomia do usuário e do fortalecimento de uma cultura de redes” (2011, p.16). Segundo Pablo Ortellado, o novo tipo de abordagem da economia da cultura do Ministério da Cultura “chamou a atenção em todo mundo por ser uma visão que aceitava e incorporava os impactos das novas tecnologias e os combinava com o apoio das práticas culturais tradicionais para os quais o Estado tradicionalmente não dava atenção” (2011). Acredito que, entre estes novos atores, a rede colaborativa denominada Fora do Eixo (“uma rede de coletivos culturais e de ativismo político-digital”<sup>8</sup>) teve grande destaque, na medida em que foi responsável pelo *aggiornamento* da postura do Ministério –neste contexto de inovação digital– aproximando esta “ética hacker” do sentido modernista do tropicalismo de Gilberto Gil e da postura transformadora de Juca Ferreira.<sup>9</sup>

---

em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet” (2010, pp. 28 ss.).

<sup>8</sup> Sobre a experiência controversa do Fora do Eixo, veja necessariamente o livro de Savazoni (2014).

<sup>9</sup> Rodrigo Savazoni, acompanhando interpretação de Hermano Vianna e de Idelber Avelar, acredita que com a gestão de Gilberto Gil, uma “visão antropofágica do tropicalismo chegaria enfim

*A cultura digital*, nos termos de Manuel Castells, deve ser entendida como a forma contemporânea, inscrita na tecnologia, do desenvolvimento do conhecimento. Nas suas palavras,

el proceso de desarrollo del conocimiento en nuestros tiempos o, lo que es lo mismo, el proceso de creatividad y su derivada, la innovación, flotan en nuestro entorno a través de su modo de comunicación y en la tecnología de éstas, basadas en la microelectrónica digitalizada, transmitida y construida a través de las telecomunicaciones, redes informáticas y bases de datos (2008, p. 51).<sup>10</sup>

Sendo assim, foram nestes primeiros anos do século XXI que passamos a enfrentar o desafio de estabelecer políticas para ativar a cultura digital como um instrumento capaz de potencializar o reenquadramento e o fortalecimento das instituições memoriais.

Este fenômeno está muito ligado ao desenvolvimento das tecnologias de digitalização, isto é, de captura de imagens digitais, dos documentos, livros e outros suportes da memória e da cultura. Num primeiro momento, a difusão de câmaras digitais e de *scanners*, mecanismos de captura cada vez mais baratos e acessíveis, permitiu uma transformação dos processos de duplicação como mecanismos de preservação dos acervos. A cópia, como forma de preservação da informação, já é uma prática milenar, contemporânea à própria invenção da escrita, ou antes mesmo disso, do registro gráfico. As bibliotecas nacionais, quando se constituem como instituições da memória, procuram não apenas consolidar uma coleção de todos os livros referentes ao universo da cultura da nação, mas também vão desenvolver políticas de cópias de segurança. Livros impressos, por definição, são objetos reproduzíveis ou que foram reproduzidos. Possuir mais de um exemplar de um livro ou periódico fortalece as

---

ao Estado, desenhando um novo diagrama para as políticas culturais”. Cf. Savazoni (2014, p. 56); Vianna (2007, pp. 134-141).

<sup>10</sup> Neste mesmo sentido, Bianca Santana e Sergio Amadeu da Silveira (2007) definem a cultura digital como “uma realidade de uma mudança de era”. Para estes pesquisadores, este novo campo, “reunindo ciência e cultura, antes separadas pela dinâmica das sociedades industriais, centrada na digitalização crescente de toda a produção simbólica da humanidade” tem sido forjado “na relação ambivalente entre o espaço e o ciberespaço, na alta velocidade das redes informacionais, no ideal de interatividade e de liberdade recombinate, nas práticas de simulação, na obra inacabada e em inteligências coletivas”.

expectativas da sua preservação, minorando os limites de acesso. A dialética entre preservação e acesso tem sido, como se sabe, uma das questões políticas mais importantes das instituições memoriais. As tecnologias de reprodução –que produzem imagens referentes aos originais– têm permitido desenvolver políticas mais robustas de ampliação do acesso e também de proteção do acervo, conciliando, portanto, estas duas funções essenciais das instituições da memória.

Esta presença da tecnologia tem permitido aprofundar o processo de emergência e consolidação do que se tem chamado um *paradigma pós-custodial* no campo das ciências da informação. Yves Le Coadic afirma que o que atualmente caracteriza a ciência da informação é justamente “cette importante mutation épistémologique qui est à l’origine du passage de l’étude du document à l’étude de l’information” (1997, p. 523).<sup>11</sup> Nos últimos vinte anos, com o desenvolvimento de novas tecnologias de gestão da informação e com o paroxismo de uma “revolução documental”, a gestão e a descrição dos conjuntos documentais têm passado por intensa transformação.<sup>12</sup>

## Acervos digitalizados

No Brasil, a partir de 2007, algumas instituições memoriais procuraram se preparar para desenvolver projetos mais robustos de digitalização de parte de seus acervos, permitindo a conseqüente ampliação do acesso. Neste momento, o principal projeto que orientava as propostas que vinham sendo formuladas era a biblioteca digital da Biblioteca Nacional da França. Desde o ano de 1997, a [Gallica](#) vinha permitindo o acesso a um crescente volume de obras, estampas, desenhos, etc., de forma livre e gratuita. Este modelo pioneiro de uma biblioteca digital de referência, com vocação enciclopédica e centrada na língua francesa, tinha já se tornado um instrumento de pesquisa e de difusão científica extraordinário. A [Gallica](#) é que deu estrutura para a

---

<sup>11</sup> Veja sobre o assunto os artigos de Malheiro da Silva (2002 e 2006), e o artigo de Ketelaar (2000).

<sup>12</sup> De acordo com Fernanda Ribeiro, a “nova realidade informacional (e social, claro) veio tornar evidente algo que sempre existiu mas que não era facilmente percebido –a distinção (e possibilidade de separação física) entre a informação e o seu suporte–. Esta simples evidência, em termos ontológicos, converte a Informação em algo passível de se constituir como objeto de estudo e, assim, fica definitivamente ameaçado e posto em causa o conceito de ‘documento’, que fora durante séculos o objeto (estático) de trabalho dos profissionais das bibliotecas, dos arquivos e dos centros de documentação” (2005, p. 9).



iniciativa da [biblioteca digital Europeia](#), projeto que reúne hoje imagens do patrimônio dos 27 estados membros da União Europeia e que permite o acesso a 53 milhões de objetos digitais, reproduzidos das coleções de mais de 3.300 instituições memoriais. Outro grande projeto que impulsionou as expectativas de criação de grandes acervos digitalizados foi a iniciativa da Google. O projeto da empresa californiana, batizado de Google Books, foi o mais dinâmico e agressivo; moldou vários aspectos da tecnologia de captura de imagens e estabeleceu novas metas e padrões de qualidade para a produção de objetos digitais. Em outro texto, vimos como o Google Books –ao mesmo tempo que não se apoiou exclusivamente em acervos ou instituições culturais, mas em toda iniciativa pública ou privada vinculada ao universo editorial– é “um modelo baseado numa concepção ‘mercadológica’ do objeto livro, que propõe uma forma de gestão dos acervos descentralizada e sem uma orientação acadêmica” (Puntoni, 2008, pp. 44-53). Neste momento, havia uma grande preocupação de que a hegemonia deste “mercado” pudesse se confundir com uma hegemonia cultural, o que produziu uma reação estratégica para a preservação e autonomia da cultura nacional neste contexto delicado e extremado do processo de globalização. Este é o sentido da visão crítica formulada pelo então diretor da Biblioteca Nacional da França, Jean-Noël Jeanneney<sup>13</sup>.

O diretor do sistema de bibliotecas de Harvard, Robert Darnton, formulou uma crítica mais dura a este horizonte interessado do projeto Google Books, denunciando seus limites e imposições. Reunidos em um livro publicado em 2009, seus artigos analisam o projeto da Google e pensam sobre a possibilidade de formação de um acervo digital mais aberto e capaz de realizar o sonho de uma biblioteca para todos. Ele, na ocasião, defendia a ideia da construção de uma biblioteca pública digital, que fosse gratuita e permitisse democratizar o acesso aos acervos memoriais preservados pelas universidades (Darnton, 2009). Com efeito, em 2011, em um artigo que discutia as razões pela qual o Google Books havia perdido a batalha judicial para se apoderar os direitos dos autores, Robert Darnton propôs a criação da [Digital Public Library of America](#) (DPLA) –“a collection of works in all formats that would make our cultural

---

<sup>13</sup> Seus artigos foram reunidos em um livro publicado em 2007. No mesmo sentido crítico, pode-se consultar os artigos reunidos por Miller e Pellen (2005). Veja, entre outros artigos, Litwin (2004), Epstein (2006), Suber (2005). Importante também é o bestseller de Vise (2005).

heritage available online and free of charge to everyone everywhere”– (2011). O projeto –iniciado em outubro daquele ano–, coordenado pelo Centro para Internet e Sociedade de Berkman na Universidade de Harvard e com o apoio financeiro da Fundação Alfred P. Sloan e de outros parceiros –conseguiu colocar o portal *on-line* em abril de 2013, já com 2,4 milhões de objetos digitais (Kumar & Li)–. Atualmente, a DPLA oferece acesso a cerca de 14,5 milhões de objetos, provenientes de mais de 2.000 instituições participantes.

Assim que o projeto da Google se consolidou, foi possível perceber uma reação também nos países de língua portuguesa, uma vez que o anglo-centrismo da biblioteca digital em construção, mitigado com a entrada dos acervos da Universidade Complutense, colocava em situação cada vez mais frágil a presença da língua portuguesa (sexta língua materna no contexto linguístico do planeta, falada por uma comunidade de mais de 200 milhões de indivíduos) no espaço da internet. Naquele momento, o então diretor da Biblioteca Nacional de Portugal, o historiador Jorge Couto, deu impulso ao projeto da [Biblioteca Nacional Digital](#) (BN Digital), que já havia sido criada em 2002<sup>14</sup>. No Brasil, tivemos então o fortalecimento da BN Digital, cujo portal foi lançado em 2006 para integrar coleções que, desde 2001, “vinham sendo digitalizadas no contexto de exposições e de projetos temáticos, em parceria com instituições nacionais e internacionais”. Segundo o portal da BN Digital, “a partir de 2008, a entrada da Biblioteca Nacional no mundo digital recebeu aporte financeiro do Ministério da Cultura (MinC), mediante a inclusão no Programa Livro Aberto”<sup>15</sup>. O protagonismo do Ministério da Cultura foi decisivo para a formulação das primeiras políticas públicas de apoio à digitalização dos acervos memoriais. De alguma maneira, o incentivo aos novos atores e à imersão da cultura no digital foi decisivo para estimular o MinC na potencialização destas novas atitudes pós-custodiais que começavam a fermentar dentro das instituições. E não podemos deixar de perceber o enorme papel desempenhado neste processo de aproximação da cultura digital e das instituições memoriais pelos centros de pesquisa e pelas universidades, sobretudo pelos profissionais e grupos ligados à

---

<sup>14</sup> Em um artigo de 2006, ele mostrava como o projeto da Google era “reveladora do dinamismo de instituições governamentais e empresariais norte-americanas, deve estimular-nos a agir com rapidez no sentido de intensificar a nossa participação na acesa competição que atualmente se trava entre espaços linguísticos e sua afirmação no ciberespaço” (Couto, 2006).

<sup>15</sup> <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/?sub=historico/>

ciência da informação, aos estudos do patrimônio ou mesmo ao que começava a se definir como *humanidades digitais* (*digital humanities*).<sup>16</sup>

### **Por uma política pública para a digitalização dos acervos**

Neste sentido, nos parece que o primeiro marco para este processo foram os dois encontros organizados pelo [Comitê Gestor da Internet no Brasil](#) (CGI.br), em julho e agosto de 2007, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.<sup>17</sup> O Seminário sobre Conteúdos Digitais na Internet permitiu o encontro de representantes de instituições memoriais envolvidos em projetos de digitalização para discutir a formulação de estratégias de fomento à produção e disponibilização de conteúdos culturais digitais em língua portuguesa. A proposta do CGI.br era a de “articular iniciativas estratégicas, em âmbito público e privado, no sentido de que a produção de conteúdos digitais em língua portuguesa venha a ocupar os espaços já abertos com o acesso público à infraestrutura digital e à capacidade tecnológica existente no Brasil e demais países lusófonos”<sup>18</sup>. O resultado destes encontros foi a redação de um memorando de intenções assinado por diversas entidades, públicas e privadas, em setembro de 2007, com um claro posicionamento político:

frente ao desenvolvimento de novas mídias, como a Internet, a TV Digital e as mídias móveis, bem como sua convergência, o país tem a oportunidade de presenciar grande valorização de seus acervos, e o enorme desafio de preparar-se nos próximos anos para ser um grande produtor de conteú-

---

<sup>16</sup> Sobre as humanidades digitais, veja por todos: Schreibman, Unsworth e Siemens (2004). Veja também a importante síntese de Paixão de Sousa (2011) no site do Grupo de Pesquisa Humanidades Digitais da Universidade de São Paulo. Além deste texto, há um conjunto de roteiros de leituras e referências bibliográficas. No site da Alliance of Digital Humanities Organizations (ADHO), que congrega diversas outras associações do mundo, é possível também obter uma mapa deste campo [<http://adho.org>]. Em 2013, foi criada a AHDig (Associação das Humanidades Digitais) para reunir pesquisadores envolvidos nas chamadas “Digital Humanities” no universo da língua portuguesa. Cf. Paixão de Sousa (2013). Sobre as humanidades digitais, veja ainda o artigo de Guerreiro e Borbinha (2014).

<sup>17</sup> Em recente balanço, Marcos Galindo e outros autores, posicionam o primeiro marco deste processo a iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, que lançou em 2000 o Programa Sociedade da Informação (Kakano, Vicentini Jorente e Galindo, 2017). Veja também: Ministério da Ciência e Tecnologia (2000).

<sup>18</sup> *Seminário sobre Conteúdos Digitais na Internet*, organizado pelo CGI.br, 05.07.2007 <http://www.cg-conteudos.cgi.br/1o-encontro-SP>

do, sendo imprescindível assegurar que a cultura brasileira preencha esses espaços essenciais à evolução de nossa identidade no século XXI, e que supere os gargalos de infraestrutura, gestão da informação, marco regulatório e capacitação –para dar conta da demanda dessas mídias e para que os conteúdos reflam para a formação das novas gerações–.<sup>19</sup>

Na Universidade de São Paulo, neste momento, preparava-se um desafiador projeto de digitalização de todos os seus acervos sobre a história e a cultura do Brasil. A iniciativa, imaginada pelo Prof. István Jancsó ainda no ano de 2002, vinha da sua percepção (na época, muito arrojada) de que as novas tecnologias de reprodução (digitais) deveriam ser utilizadas de forma intensa, com a criação de um laboratório compartilhado e cooperativo. O que seria feito por um projeto que reunisse esforços de diversas unidades de pesquisa e de guarda da Universidade: a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), a faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), a Escola de Comunicação e Artes (ECA), o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) (este, sobretudo, possuidor da maior brasileira da Universidade e uma das maiores do país). Com o apoio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), em 2004, teve início do Projeto Brasileira USP, o que permitiu a primeira aquisição de equipamentos de alto desempenho para a digitalização de acervos<sup>20</sup>.

Em maio de 2006, já como diretor do IEB e também coordenador do Projeto Brasileira USP, durante a cerimônia de assinatura do Termo de Doação à USP da Coleção Brasileira de Guita e José Mindlin<sup>21</sup> –com a presença de

---

<sup>19</sup> <http://cg-conteudos.cgi.br/memorando-de-intencoes>.

<sup>20</sup> O primeiro projeto proposto pelo Prof. Jancsó foi denominado *SITI –Sistema Integrado de Tratamento de Imagens*– e previa dotar o CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda) do Departamento de História de um conjunto de equipamentos e *scanners* que pudessem ser compartilhados por diversos projetos de pesquisa e de pesquisadores da área das humanidades interessados em desenvolver metodologias que implicassem no uso das tecnologias digitais. Em 2004, no âmbito do projeto integrado INFRAUSP (Projetos Cooperativos de Pesquisa na USP) com apoio da FINEP (PRO-INFRA 01/2004 subprojeto 134806), o Projeto da Brasileira USP recebeu recursos que foram parcialmente executados para a compra de equipamentos de digitalização (duas máquinas fotográficas digitais: Hasselblad de 39 Mpx e Nikon D2X de 16 Mpx) e outros, para implantar um laboratório no Instituto de Estudos Brasileiros.

<sup>21</sup> A biblioteca de Guita e de José Mindlin é a maior coleção de livros e manuscritos raros reunida por um particular sobre a história e a cultura do Brasil. Formada ao longo de mais de 80 anos,

Juca Ferreira, então Secretário Executivo do Ministério da Cultura, Jancsó anunciou que em breve teria início a construção de um moderno edifício para abrigar a coleção de José Mindlin e todo o acervo do IEB, e para estabelecer uma plataforma de operação para a digitalização de todas as coleções brasileiras da USP. Projeto ambicioso que contava com apoio inicial não apenas do MinC, mas também o patrocínio da Petrobras.

No discurso proferido na cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Brasileira USP, em 7 de dezembro de 2006, o ministro Gilberto Gil, diante desta “pedra cravada no chão sobre o qual se erguerá uma biblioteca”, explicava que “o prédio construído aqui não será apenas mais uma biblioteca, o que, por si só, já traria proveito a todos”, todo o seu acervo deveria ser digitalizado:

Nós firmamos o compromisso do Ministério da Cultura e do governo federal com a tarefa de tradução dos documentos para o suporte eletrônico, uma conversão que dará vida nova a esses documentos. Cada página deverá ser, futuramente, digitalizada e convertida em documentação virtual, para que todos os navegantes da rede possam ter acesso em qualquer lugar a esse patrimônio comum (Gil, 2007).

Com efeito, em 2007, iniciou-se a formulação de um projeto-piloto de digitalização do acervo do IEB e da Biblioteca Guita e José Mindlin. Foi apresentado à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo) um projeto de pesquisa que foi aprovado no final de 2008. O projeto, que teve início em janeiro de 2009, ambicionava não apenas tornar disponível para a pesquisa uma das maiores coleções brasileiras, mas também propor um modelo de implantação da biblioteca digital que atendesse aos princípios de preservação de acervos memoriais, de democratização do acesso e de suporte à investigação. A proposta foi desenvolver uma plataforma com base em códigos abertos para que a experiência pudesse ser democratizada e utilizada por outras instituições memoriais interessadas em digitalizar seus acervos. De certa maneira, tratava-se de uma ideia irmanada com o conceito central que inspirava a

---

ela também incorporou a coleção de Rubens Borba de Moraes (falecido em 1981), e foi doada à USP em 2006. Esta doação impulsionou o projeto Brasileira USP (coordenado por István Jancsó e, posteriormente, por Pedro Puntoni). Atualmente, o acervo ocupa um moderno edifício no campus do Butantã.

implantação dos Pontos de Cultura, ação central do Programa Cultura Viva do MinC: reenergizar os “pontos adormecidos” no “corpo cultural do país”. Como mostrou Elaine Costa, “a proposta dos Pontos de Cultura inverte a lógica de atuação do Estado: em vez de levar ações culturais prontas para as comunidades, são estas que definem as práticas que desejam fortalecer, com reconhecimento e apoio do governo”.<sup>22</sup> Sua conexão com o campo da cultura digital era muito clara, já que o Programa Cultura Viva permitia equipar as comunidades com os instrumentos necessários para navegar no universo digital e produzir cultura nesta nova materialidade. De alguma forma, a inspiração do Projeto Brasileira USP era também colaborar para este “do-in antropológico”, mas nas instituições da memória, oferecendo alguns dos instrumentos para que pudessem ser ativadas no espaço da cultura digital e pudessem superar a “cultura do silêncio” em que se encontravam.

Em fevereiro de 2009, foi implantado o Laboratório da Brasileira Digital em sede provisória junto ao canteiro da obra do edifício da Brasileira USP. Foi montada uma equipe de mais de quarenta profissionais (professores, pesquisadores e estagiários)<sup>23</sup> e adquirido, entre outros equipamentos, um sistema integrado de digitalização robotizada de livros encadernados (*APT 2400RA BookScan* da Kirtas Technologies). Em junho de 2009, a Brasileira Digital foi aberta na internet na sua versão 1.0, a partir de um servidor do projeto sediado no Centro de Computação Eletrônica (CCE) da USP.

---

<sup>22</sup> “Escolhidos mediante edital público dentre iniciativas já desenvolvidas por organizações da sociedade civil há pelo menos dois anos, em localidades com precária oferta de serviços públicos e equipamentos culturais, nos grandes centros urbanos ou em pequenos municípios, e envolvendo populações de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social, os Pontos de Cultura selecionados tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações em suas comunidades, passando a receber recursos diretos do Fundo Nacional de Cultura – da ordem de R\$ 5 mil por mês, por três anos”. Além disso, os Pontos de Cultura recebiam a chancela do MinC (com valor simbólico importante para a comunidade local) e um estúdio digital multimídia. Cf. Costa (2011, p. 76).

<sup>23</sup> Nos dois anos iniciais do projeto (2008-2010), a equipe foi formada por 20 pesquisadores principais e 22 bolsistas de treinamento técnico, além de contar com a colaboração de mais de uma dezena de outros pesquisadores associados. A equipe principal era formada por: Pedro Puntoni (coordenador), Ágatha Francesconi Gatti, Carla Piazzzi, Cristina Antunes, Camila Molgara Gambá, Daniela Pires, Edson Gomi; Fábio Natanael Kepler; Fernão Lopes Ginez de Lara; Kollontai Diniz; Lúcia Mindlin Loeb, Maria Clara Paixão de Sousa, Maria Fernanda Silva Pinto, Maurício Pereira Nunes, Miriã Gomes do Nascimento, Moara Zahra, Raquel Vendruscolo, Rodrigo Dadamos Lopes da Silva, Sergio Pizoli, e Vitor Hitoshi Tsujiguchi. Nas etapas posteriores, até o encerramento do projeto em fevereiro de 2014, foram muitos outros os participantes e colaboradores.

Dois sistemas de aplicativos sustentavam esta versão: um CMS (*Content Management System*) e um sistema de repositório digital. Para a gestão dos objetos digitais (imagens dos livros e documentos) foi utilizado o DSpace<sup>24</sup>. Em outubro de 2010 foi lançada a versão 2.0 da Brasileira Digital, já configurada como um sistema integrado de aplicativos para sustentar a implantação e gerenciamento de bibliotecas (repositórios) digitais: solução que foi batizada de Plataforma Corisco. Esta Plataforma foi então implementada ou testada por outras instituições memoriais: o Instituto Hercule Florence, o Instituto Paulo Freire, a Biblioteca de Obras Raras e Especiais da USP, a Biblioteca Municipal Mario de Andrade e o Instituto Moreira Salles<sup>25</sup>. No final de 2010, o projeto Brasileira USP recebeu um importante apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que passava a financiar projetos de digitalização de acervos, como uma nova política para a preservação da memória e da cultura brasileira<sup>26</sup>.

A pedido do Ministério da Cultura, o Projeto Brasileira USP colaborou com o Programa Cultura e Pensamento, preparando o *Acervo Digital das Revistas Culturais Brasileiras*. Foram digitalizados mais de 40 títulos de revistas culturais do século XIX e inícios do século XX, pensados como base de apoio de um investimento do MinC na reestruturação e fortalecimento deste específico território do espaço editorial brasileiro: as revistas culturais e de ensaios. Estes conteúdos foram integrados à Brasileira Digital. A sintonia com a evolução da cultura digital fazia com que o Projeto Brasileira USP, por sua ancoragem institucional e capacidade técnica, fosse um ponto de referência para a formulação de uma política pública de apoio à digitalização dos acervos memoriais. Neste sentido, em abril de 2010, a equipe do Laboratório da Brasileira Digital, juntamente com a Casa de Cultura Digital,<sup>27</sup> organizou com

---

<sup>24</sup> O Dspace é um sistema de repositório digital criado com códigos abertos pelas bibliotecas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e pelos Laboratórios da Hewlett-Packard (HP-MIT Alliance). Atualmente é desenvolvido por uma comunidade de programadores com o suporte da Duraspace (<http://www.duraspace.org/>).

<sup>25</sup> Estes dois últimos repositórios apenas na forma de testes. Para a Plataforma Corisco e suas aplicações, veja Alencar, Gomi, Kepler, e Tsujiguchi (2012); Gomi e Kepler (2011).

<sup>26</sup> Para um entendimento do papel do BNDES e desta nova orientação da sua política de fomento à cultura, veja o já citado artigo de Menezes Balbi, Zendron e Marcelino (2014).

<sup>27</sup> A Casa de Cultura Digital, inaugurada em janeiro de 2010, era um espaço de *co-working* em São Paulo, no bairro de Campos Elísios, que reuniu cerca de 30 organizações ligadas de alguma

o Ministério da Cultura o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais (SIPPAD). Realizado na cidade de São Paulo, o simpósio reuniu especialistas e profissionais do Brasil e do mundo para a troca de experiências, conceitos e soluções tendo em vista a proposição de políticas públicas de digitalização de acervos e a formulação de um modelo sustentável de preservação e acesso universal ao patrimônio cultural brasileiro. Como se estabeleceu na carta de intenções dos organizadores do SIPPAD,

a digitalização dos acervos culturais do Brasil tem se tornado uma tarefa de grande urgência, solicitando uma reflexão sobre os limites impostos pela atual legislação do direito autoral, as novas tecnologias, os padrões e normas, assim como os caminhos para a formação de uma rede efetiva entre as instituições e os projetos já existentes (Brant, 2010).

O encontro resultou em um primeiro esboço de uma política pública para o setor,<sup>28</sup> que infelizmente não seria implementada. O suporte para esta discussão era feito pela Coordenação de Cultura Digital, que havia sido criada pelo MinC e era responsável (entre outras coisas) pela implantação da uma plataforma colaborativa que estruturasse o campo (o fórum permanente [culturadigital.br](http://culturadigital.br)).<sup>29</sup> Para dar seguimento ao detalhamento desta política, em dezembro de 2010, o MinC, em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), promoveu dois

---

forma à cultura digital. Este modelo de “coletivo de empresas e organizações”, inspirado em uma cultura livre e uma ética hacker, acabou se difundindo para outras cidades e contextos.

<sup>28</sup> Consubstanciada na proposta de criação do Comitê de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento no Brasil, e a implementação de um Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento no país. Esta proposta foi detalhada em um relatório preparado por Roberto Taddei. Cf. Políticas Públicas para Acervos Digitais: propostas para o Ministério da Cultura e para o setor. São Paulo, relatório final do SIPPAD, 2010.

<sup>29</sup> O espaço colaborativo foi criado por José Murilo Jr. em 2009. Segundo Eliane Costa, “o Fórum da Cultura Digital propõe a discussão de políticas públicas em cinco eixos, buscando construir diretrizes para o acesso, a produção, a difusão, a preservação e a livre circulação da cultura em cada uma dessas dimensões: Memória Digital (acervo, história e futuro), Economia da Cultura Digital (compartilhamento, interesse público e mercado), Infraestrutura para a Cultura Digital (infovia, acesso e inclusão), Arte Digital (linguagem, democratização e remix), e Comunicação Digital (língua, mídia e convergência). O portal reunia, em dezembro de 2010, 5.905 membros e tem sido utilizado como plataforma para as consultas públicas relacionadas ao Marco Civil da Internet, à revisão da Lei de Direitos Autorais e aos debates sobre a Conferência Nacional de Cultura” (2011, pp. 187 e ss.).



encontros técnicos sobre conteúdos e acervos culturais digitais; estes encontros faziam parte de um esforço para subsidiar a Política de Cultura Digital que já envolvesse o setor das instituições memoriais e os projetos de digitalização.<sup>30</sup>

O debate sobre a digitalização dos acervos foi, então, orientado também pela proposta de reforma da lei dos direitos autorais<sup>31</sup>, feita pelo Ministério da Cultura. O anteprojeto de lei (APL) que foi colocado em consulta pelo Ministério da Cultura e entregue à Casa Civil em dezembro 2010, previa a introdução de exceções (isto é, direitos de reprodução) para “bibliotecas, arquivos, centros de documentação, museus, cinematecas e demais instituições museológicas, no interior de suas instalações, para fins de pesquisa ou estudos privados”.<sup>32</sup> Desta forma, a reprodução necessária à conservação, preservação e arquivamento de qualquer obra, sem finalidade comercial não seria considerada uma ofensa aos direitos do autor. Além de ultrapassada, porque feita na era anterior a difusão da internet, a legislação brasileira é uma das mais restritivas do mundo. Segundo a [World Intellectual Property Organization](#) (WIPO), dos seus 184 países membros, apenas 21 países não possuem exceções para bibliotecas e arquivos, entre eles, o Brasil.<sup>33</sup> Com preocupação, devemos registrar que, passados seis anos, o anteprojeto de lei não foi ainda encaminhado para a análise do Congresso Nacional.

---

<sup>30</sup>Os encontros aconteceram em Sao Paulo e em Brasília, nos dias 2 e 3.12.2010, e 8 e 9.12.2010. Para um relato, veja Malaguti (2011).

<sup>31</sup>No Brasil, os direitos do autor são regulados pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Sob a denominação direitos autorais, a lei fixa quais são os direitos de autor propriamente ditos, bem como os direitos conexos.

<sup>32</sup>Para o assunto, veja por todos, Wachowicz e Pereira dos Santos (2010).

<sup>33</sup>“The growth of libraries, the expansion of computer technology, and the proliferation of library services have added to the demand for exceptions under copyright law to permit libraries to make copies of many works for research, preservation, and other purposes” (...) “Of the 184 countries of the world that are members of the World Intellectual Property Organization, 128 of them have in their copyright statutes a provision that specifically permits libraries to make copies of copyrighted work in connection with the performance of library services”. (...) “The prevalence of such statutes also suggests that copyright law has an important relationship to libraries and plays an important role in the performance of library services. Many of the services that are addressed in this report are focused on making copies of works for purposes of preserving the materials in the collection and for purposes of providing copies to individuals for purposes of their research and study. The fact that statutes tend to center on such pursuits also suggests that copyright law has an important role in the ability of citizens to have access to the rich variety of materials held in our libraries” (Crews, 2008).

Ainda neste ano de 2010, o Conselho Nacional dos Arquivos (órgão responsável por definir as políticas do Sistema Nacional de Arquivos) estabeleceu uma resolução (Resolução Conarq n. 31, de 28 de abril de 2010) com o título *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*. O documento estabelece as diretrizes gerais para o processo de digitalização dos acervos, entendido como

uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais.

No Brasil, outras iniciativas ganhavam corpo, com destaque para a formação de uma rede de cooperação interinstitucional denominada [Rede Memorial de Pernambuco](#). Este projeto, iniciado em 2008 e liderado pelo o Laboratório Liber da UFPE, reuniu o Museu da Cidade do Recife, a Biblioteca Pública de Pernambuco, o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e o Instituto Ricardo Brennand. Neste mesmo momento, a Cinemateca Brasileira iniciava um robusto projeto de digitalização do seu acervo. O Arquivo Público do Estado de São Paulo, também com apoio da Fapesp, implantou um sofisticado laboratório para desenvolver diversos projetos de digitalização do seu acervo documental.

Em termos de consolidação de uma política pública, podemos então estabelecer como marco a aprovação do Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010, que determinou (no item 3.1.17 do seu anexo “Diretrizes, estratégias e ações”) a necessidade de implementação de “uma política nacional de digitalização e atualização tecnológica de laboratórios de produção, conservação, restauro e reprodução de obras artísticas, documentos e acervos culturais mantidos em museus, bibliotecas e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos”. Este Plano está acompanhado de um conjunto de metas, pensadas inicialmente para serem desenvolvidas até o ano de 2020, entre as quais se destaca a Meta 40, que prevê a disponibilização na internet de boa parte dos acervos das instituições memoriais vinculadas ao Ministério da Cultura.<sup>34</sup> Meta ambiciosa que exigia, para sua

---

<sup>34</sup> Veja o texto da Meta 40: “Disponibilização na internet dos seguintes conteúdos, que estejam em domínio público ou licenciados: 100 % das obras audiovisuais do Centro Técnico do Audio-

realização, a implantação afetiva de uma política –o que não ocorreu–. Com a mudança de gestão do Ministério da Cultura, no início de 2011 (no primeiro governo de Dilma Rousseff), todas as ações referentes à cultura digital foram praticamente paralisadas. Apesar da limitada retomada dessas iniciativas com a fugaz volta de Juca Ferreira ao Ministério, em maio de 2015, as perspectivas atuais são muito desalentadoras. O atual Ministério da Cultura, que está sendo reorganizado pelo governo de Michel Temer, não demonstrou ainda se incentivará o desenvolvimento desta política para a digitalização. Segundo dados do próprio Ministério da Cultura, os resultados obtidos nos termos da meta 40 são muito fracos: o percentual de alcance da meta, em relação ao ano de 2020, foi de apenas 8%.<sup>35</sup>

Hoje, podemos dizer, são centenas de projetos de digitalização de acervos sendo desenvolvidos no Brasil. Como em outras partes do mundo, a oferta *on-line* aos conteúdos das instituições memoriais tem sido um importante mecanismo de envolvimento de um público mais amplo, com consequente fortalecimento do seu capital social e, em muitos aspectos, algo que não é um pequeno retorno financeiro. Os modelos de publicação *on-line* sem restrição de acesso e sem cobrança dos usuários tem se mostrado muito mais responsivos e, conseqüentemente, capazes de obtenção de patrocínios e/ou apoios de fundos de financiamento públicos ou privados.<sup>36</sup> Ao transformarem seus repositórios digitais em ofertas públicas e gratuitas de parte dos seus acervos, estas instituições não apenas ampliam a sua importância na sociedade, mas se credenciam a receberem apoios que estão se organizando juntamente com a criação de políticas públicas para o setor.

---

visual (CTAv) e da Cinemateca Brasileira; 100 % do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); 100% dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); 100 % das obras de autores brasileiros do acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); 100 % do acervo iconográfico, sonoro e audiovisual do Centro de Documentação da Fundação Nacional das Artes (Cedoc/Funarte)”.

<sup>35</sup> São dados de dezembro de 2015. <http://pnc.culturadigital.br/metadatos/disponibilizacao-na-internet-dos-seguintes-conteudos-que-estejam-em-dominio-publico-ou-licenciados/>

<sup>36</sup> Afinal, como bem nos mostra o estudo da DEN Foundation, “as the internet has risen to prominence in the past decade, cultural heritage institutions have invested increasingly in their digital services in order to make their collections accessible to a wider audience. Digital cultural heritage is not only of significant cultural interest, but has also brought new economic and social benefits within reach” (2010, p. 7). A referência do argumento é a teoria da “cauda longa”, cf. Anderson (2006).

## A Rede Memorial

O Ministério da Cultura no Brasil, após a aprovação do Plano Nacional de Cultura, caminhava para a implantação de uma efetiva política pública de fomento aos programas de digitalização de acervos memoriais. Contudo, a reeleição da presidenta Dilma Rousseff significou uma mudança de rumo no Ministério da Cultura. Em janeiro de 2011, a substituição de Juca Ferreira por Ana de Holanda no comando do Ministério significou uma total (e ainda hoje incompreensível) desmobilização das iniciativas para a cultura digital. Com efeito, comprometida com uma visão conservadora dos direitos do autor –talvez muito influenciada pela posição do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)<sup>37</sup>, contrária ao projeto de lei que atualizava o contexto jurídico brasileiro–, a nova ministra suspendeu todas as iniciativas vinculadas à cultura digital.<sup>38</sup>

Foi justamente como uma certa reação ao novo contexto, de imobilidade e perda de perspectiva de avanço com a implantação de uma política pública, que 31 instituições comprometidas com projetos de digitalização de seus acervos resolveram realizar um encontro no Recife para pensar, de forma coletiva, uma proposta para o campo. No dia 14 de setembro de 2011, aproveitando a realização da primeira Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória (CTCM)<sup>39</sup>, este encontro discutiu caminhos práticos para contribuir com os processos em curso de valorização da cultura brasileira e foi redigida uma carta de compromissos: a *Carta do Recife*. Este documento tem por objetivo “sustentar uma política de digitalização dos acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho”. Para tanto, criava-se uma iniciativa horizontal e flexível intitulada Rede Memorial: rede nacional das instituições comprometidas com políticas de digitalização dos acervos

---

<sup>37</sup> O ECAD é uma empresa privada responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais das músicas aos seus autores.

<sup>38</sup> Houve forte reação dos ativistas da “cultura digital”. O artigo de Bruno Torturra (2011) é uma síntese deste momento quando o MinC “desconstruiu o diálogo”. Outros textos e manifestos, como a Carta à presidenta Dilma, retratam esta resistência. Muito desta reflexão (e o artigo de Torturra) foi reunida em um livro por Parra, Ortellado e Rhatto (2013).

<sup>39</sup> Desde 2011, a Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória (CTCM) é organizada pelo Laboratório Liber e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. O evento bianual reúne mentes inovadoras especialistas com o objetivo de “promover o intercâmbio de ideias e difundir a pesquisa no campo de metodologias e tecnologias aplicadas a preservação da memória e do patrimônio cultural”.

memoriais do Brasil. O modelo havia sido proposto pela experiência da [Rede Memorial de Pernambuco](#) e procurou se apoiar nesta lógica organizacional que vem se firmando, nos termos de Cassio Martinho em uma das principais formas de organização permanente dos novos movimentos sociais (2003, p. 14)<sup>40</sup> (para outras estratégias em contextos nacionais e internacionais, ver os exemplos apresentados nas contribuições de [Abarca de la Fuente](#), e de [Göbel y Müller](#) neste livro). Foram definidos seis princípios para uma política de digitalização dos acervos sob a responsabilidade das instituições participantes. Segundo a Carta, era necessário avançar em relação aos esforços (então paralisados) do MinC para a formulação de uma política pública. O entendimento dos signatários era

que tal política deverá ser construída não apenas a partir de uma profunda reflexão e planejamento, mas também da experiência acumulada pelos atores efetivamente envolvidos com a digitalização dos seus acervos. No contexto de (r)evolução permanente da tecnologia, a fixação de padrões e procedimentos devem estar necessariamente colados no cotidiano da produção desta dimensão da cultura digital.

Uma tarefa politicamente orientada por uma visão libertária e descentralizada do papel da internet e da cultura digital:

Na lógica peculiar da cultura digital, as iniciativas ganham vigor e visibilidade a partir da inventividade fragmentada e, ao mesmo tempo, interconectada –característica da imensa rede que se constrói com o esforço colaborativo de milhares (ou milhões) de atores individuais ou coletivos–. Entre estes tem se destacado as corporações (entre elas, as grandes corporações), cujos interesses privados contrastam, por muitas vezes, com o bem público. As instituições culturais responsáveis pela preservação e pelo acesso dos acervos que conformam e permitem a existência da memória nacional têm desenvolvido (de forma ainda desconexa) diversas iniciativas de reprodução e publicação na internet de seus acervos. Cabe à Rede Memorial impulsionar um esforço de cooperação e de genuína solidariedade entre instituições e projetos –movimento essencial para a cultura brasileira no século XXI–.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Sobre a papel das redes na sociedade contemporânea, veja o livro de Castells (2000).

<sup>41</sup> “Carta do Recife”, Recife, 14.10.2011. A Carta do Recife 1.0 estabelece seis princípios para serem seguidos por seus signatários: 1) Compromisso com acesso aberto (público e gratuito); 2)

O grupo de signatários entendia que era necessário buscar o permanente diálogo com o Ministério da Cultura, para uma efetiva colaboração na construção de uma política nacional de digitalização dos acervos memoriais brasileiros, tal como prevista no Plano Nacional de Cultura. Para tanto, foi constituído um comitê gestor.<sup>42</sup>

Por outro lado, era muito claro também que o compromisso em torno de padrões de captura, acesso aberto, garantia de preservação digital, poderia criar, no contexto dos aderentes à Carta do Recife, um ambiente mais robusto que fortaleceria a demanda por novos investimentos e apoios financeiros aos projetos de digitalização. Da parte da oferta de recursos (pelas instituições financiadoras), a garantia desta condição mais consolidada dos projetos, em torno de padrões e boas práticas, dava maior previsibilidade dos resultados, certeza de continuidade dos acervos digitais que estavam sendo criados e, portanto, maior retorno dos investimentos. Este efeito, conscientemente procurado, tem sido um importante fator de coesão da Rede Memorial e um indutor da colaboração mais próximo das instituições participantes.

A Rede Memorial ainda realizou outros fóruns. Nos dias 14 e 15 de junho de 2012, foi realizado o II Fórum de Rede Memorial, na Cinemateca Brasileira, com a presença de representantes de 118 instituições culturais brasileiras e também observadores do Ministério da Cultura, da Petrobras e do BNDES. No segundo dia do Fórum, três grupos de trabalho se reuniram (Digitalização e Preservação Digital; Metadados e Arquitetura da Informação de Repositórios Digitais, e Diagnóstico das Instituições e Estruturação da Rede). Além da criação de um portal na internet ([www.redememorial.org](http://www.redememorial.org)), pensado como uma plataforma colaborativa na internet para a troca de informações e de documentos entre os membros da Rede e que pudesse servir como “base para

---

Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia; 3) Compromisso com a acessibilidade; 4) Padrões de captura e de tratamento de imagens; 5) Padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais; 6) Padrões e normas de preservação digital. Para ler na íntegra: <http://redememorial.org.br/>

<sup>42</sup> O Comitê Gestor foi formado por Carlos Augusto Ditadi (Arquivo Nacional), Lauro Ávila Pereira (Arquivo Público do Estado de São Paulo), Marcos Galindo Lima (Liber - UFPE), Paulo Knauss (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), Pedro Ferreira Moura Filho (Arquivo Público João Emerenciano - PE), e Pedro Puntoni (Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Projeto Brasileira USP). Posteriormente, passou a integrar o Comitê José Murilo Jr., Coordenador de Cultura Digital do MinC.

o desenvolvimento de um metabuscador dos acervos digitais geridos pelos membros da Rede”<sup>43</sup>, foi decidida uma revisão da *Carta do Recife*. Uma nova versão (*Carta do Recife 2.0*) foi estabelecida, agora com dez orientações e princípios para nortear as atividades dos participantes da Rede Memorial<sup>44</sup>. O último Fórum da Rede Memorial foi realizado em novembro de 2015, no Recife, durante a terceira edição da Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória.<sup>45</sup>

### **Para onde vamos?**

Não é possível, no momento atual, prever como se desenvolverá no Brasil este campo da cultura comprometido com a interface entre o digital e o acesso aos acervos memoriais. O momento é claramente de retrocesso. É claro que muitos projetos ainda estão sendo desenvolvidos, alguns novos repositórios digitais são colocados à disposição dos usuários da internet, como o portal Rede de Arquivos do IPHAN, ou a iniciativa Brasileira Fotográfica (que reuniu virtualmente coleções da Biblioteca Nacional do Brasil e do Instituto Moreira Sa-llés). Mas outros projetos foram descontinuados ou eliminados, com destaque

---

<sup>43</sup> O site atual da Rede Memorial (que funciona apenas como um blog) é mantido pelo Núcleo de Cultura Digital do Cebrap em parceria com o Instituto Brasileira. Fundado de 2010, o Instituto Brasileira nasceu do desejo do historiador István Jancsó e do bibliófilo José Mindlin de dar novo corpo a uma associação que promovesse a cultura e pudesse apoiar o projeto de formação da Biblioteca Mindlin. Seus objetivos, contudo, são mais amplos e vão para além do apoio que concedeu, entre 2010 e 2014, à Biblioteca Mindlin. O Instituto formou-se com o objetivo da promoção da educação e da cultura, especialmente, das coleções de Brasileiras, termo que, na definição clássica estabelecida pelo notável bibliófilo Rubens Borba de Moraes, engloba coleções de quadros, livros, objetos, imagens e documentos relativos ao Brasil ao longo dos mais de 500 anos de sua história.

<sup>44</sup> “Carta do Recife 2.0”, São Paulo, junho de 2012, p. 1. Compromisso com acesso aberto, público e gratuito; 2. Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia; 3. Compromisso com a acessibilidade; 4. Compromisso com a identificação, organização e tratamento como pré-requisito para digitalização; 5. Padrões de captura e tratamento de imagens; 6. Padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais; 7. Padrões e normas de preservação digital; 8. Projetos de educação, pesquisa e formação de pessoal; 9. Marketing e educação: difusão dos acervos, pesquisa e avaliação dos resultados, programas de inserção dos acervos na trama da sociedade; 10. Direitos autorais. O texto completo está disponível no site da Rede Memorial: <http://redememorial.com.br/>

<sup>45</sup> Para uma outra narrativa da formação da Rede Memorial e sua interpretação como um sistema de “colaboratividade”, veja o artigo de Gouveia Júnior, Galindo, Verissimo Soares e Moreira do Nascimento (2015).

para as iniciativas (antes tão vigorosas) da Cinemateca Brasileira, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Brasileira Digital do Projeto Brasileira USP.<sup>46</sup> Este último, ancorado em uma equipe de pesquisa e desenvolvimento que tinha um enorme potencial de articular a formulação de soluções tecnológicas com a dimensão colaborativa da cultura digital<sup>47</sup>. Apesar deste quadro desalentador, o Laboratório Liber, da UFPE, tem liderado diversas iniciativas muito importantes e mantém o sopro de uma rede colaborativa.

A Rede Memorial tem produzido alguns documentos a partir deste diagnóstico preocupante. A *Carta de Ribeirão Preto* –assinada em 23 de outubro de 2015 por 24 representantes reunidos no Centro de Tecnologia da Informação da Universidade de São Paulo, Campus de Ribeirão Preto, por ocasião do Workshop Preservação Digital, promovido pela Seção da América Latina e Caribe da Federação Internacional de Associações de Biblioteca e Instituições– defende (entre outras medidas) “a abertura de um instrumento de consulta pública com vistas a subsidiar a política integrada de acervos digitais,

---

<sup>46</sup> Em fevereiro de 2014, o Laboratório da Brasileira Digital e o Projeto Brasileira USP foram extintos por determinação da nova gestão reitoral da Universidade de São Paulo. Todos os projetos em curso foram encerrados ou desmobilizados. O portal da Brasileira Digital ([www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br)), com cerca de 4.000 objetos digitais, foi usurpado e renomeado como Acervo Digital da BBM por decisão da nova diretoria da Biblioteca Mindlin. Todas as referências ao desenvolvimento do projeto foram apagadas, mas (indolentemente) mantido o domínio e o repositório digital (que fora construído a partir da Plataforma Corisco). Ao menos, ainda é possível consultar o que foi feito. É de se notar que o diretor então nomeado, em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* (10.04.2014), afirmava que a “nova orientação da BBM” tinha por objetivo “valorizar as atividades prioritárias de uma biblioteca especializada (...) ou seja, muita pesquisa, modernização, transparência na gestão e atualização das técnicas de preservação, mas *sem os excessos dos modismos de uma cultura digital mal digerida*” (os grifos são meus). O que demonstra um claro recuo a uma visão meramente custodial do papel da instituição e uma aversão à digitalização e, consequentemente, maior extorsão do acervo. De toda forma, sua gestão durou pouco mais de seis meses. Mas a digitalização não foi retomada. As atividades foram apenas transformadas em um tipo de “serviço de reprodução”. E a Brasileira Digital morreu. Em 2015, Fabrício Marques, da revista *Pesquisa Fapesp*, procurou fazer um balanço dos projetos de digitalização no Brasil.

<sup>47</sup> Apesar do fechamento do Laboratório da Brasileira USP, parte da sua equipe de desenvolvimento continuou trabalhando e criou a nova Plataforma Papaya: uma solução tecnológica da equipe do Prof. Dr. Edson S. Gomi, que resulta de uma evolução da Plataforma Corisco. É um dos produtos de uma parceria entre o KNOMA (Laboratório de Engenharia de Conhecimento da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo) e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), nos marcos do Projeto Rede de Arquivos, patrocinado pelo BNDES e que resultou na digitalização de parte do acervo do IPHAN e sua publicação na internet. <http://plataformapapaya.org/>



em especial no que se refere à preservação digital”. O documento manifesta a inquietude diante da não formalização da Política Nacional de Acervos Digitais, que vinha sendo proposta pelo MinC: “a pulverização de iniciativas governamentais e institucionais em distintas frentes duplicando o esforço e diminuindo a eficiência do gasto público”; “a demanda de um mapeamento dos acervos digitais custodiados por organizações públicas e privadas cujo conteúdo seja do interesse memorial para o patrimônio nacional”; “a urgência de articulação institucional em prol de uma Política de Curadoria Digital”; “a demanda não atendida de formação e capacitação de profissionais habilitados em Curadoria Digital”.<sup>48</sup>

A *Carta de Salvador*, assinada na ocasião do II Seminário de Documentação do Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 14 de julho de 2016, reivindica as mesmas medidas do governo federal, em busca da criação de uma política pública para os processos de digitalização dos acervos. Concernente ao contexto da Bahia, mas válida para todas as regiões do Brasil, a *Carta* manifesta uma

inquietação com a falta de estrutura física e tecnológica nas organizações da memória da Bahia; a falta de pessoal técnico qualificado e de iniciativas de capacitação; as práticas negligentes para com os registros da memória (acervos de múltipla natureza) e para com as interfaces da cultura e do conhecimento de interesse público, bem como a inação do governo no que tange à responsabilidade civil e penalização dos responsáveis por danos aos registros da memória (conforme preconiza a Constituição Brasileira de 1988); a dificuldade na aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação.<sup>49</sup>

No Brasil, há uma dimensão estrutural, histórica, de descuido com a memória e os acervos que lhe dão o suporte. O que ainda se agrava com a persistência de uma visão custodial, elitista e exclusivista de como devem se estruturar as instituições memoriais. Nas poucas que temos, pouco se quer mostrar, tudo parece estar guardado à espera do interesse de um “senhor doutor”, de uma autoridade acadêmica, ou de um medalhão das letras. No país dos bacharéis, “eruditamos tudo”...

---

<sup>48</sup> <http://redememorial.org/?p=483>

<sup>49</sup> <http://redememorialpernambuco.blogspot.pt/p/carta-da-bahia.html>

Entretanto, nos últimos anos, assistíamos uma mudança na direção da valorização das instituições, no seu fortalecimento, aumento de recursos e pessoal técnico. Uma nova postura orientada por uma decisão de que a política cultural deveria ser, nas palavras de Gilberto Gil,

parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos.<sup>50</sup>

Com efeito, durante a gestão Gilberto Gil e Juca Ferreira (2003-2010) vimos a reestruturação do IPHAN, a criação do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), o fortalecimento da Cinemateca e de outras instituições memoriais (sobretudo aquelas vinculadas ao governo federal). O orçamento do MinC, que representava 0,14 % do orçamento nacional, subiu, em 2010, para algo em torno de 1,00 %.<sup>51</sup> O que ainda é pouco, mas já permitiu sustentar um enorme ativismo. Desta forma, o campo da cultura vinha ganhando maior ossatura e, como ele, a cultura digital e suas interfaces com a memória.

Hoje, a ruptura sentida com o fim do protagonismo do Ministério da Cultura é evidente. O corte, bem é verdade, deu-se ainda no início da primeira gestão de Dilma Roussef, no começo de 2011, com a nomeação da ministra Ana de Holanda, refratária à cultura digital. A retomada –prometida com a volta ao ministério de Juca Ferreira– todavia não se realizou.<sup>52</sup> O

---

<sup>50</sup> “O Brasil não pode continuar sendo sinônimo de uma aventura generosa, mas sempre interrompida. Ou de uma aventura só nominalmente solidária. Não pode continuar sendo, como dizia Oswald de Andrade, um país de escravos que teimam em ser homens livres. Temos de completar a construção da nação. De incorporar os segmentos excluídos. De reduzir as desigualdades que nos atormentam. Ou não teremos como recuperar a nossa dignidade interna, nem como nos afirmar plenamente no mundo. (...) E o papel da cultura, nesse processo, não é apenas tático ou estratégico –é central: o papel de contribuir objetivamente para a superação dos desníveis sociais, mas apostando sempre na realização plena do humano” (Gil, 2013b).

<sup>51</sup> Um quadro muito concreto desta mudança foi traçado por Canelas Rubim (2013).

<sup>52</sup> Em 23.04.2015, tão logo Juca Ferreira (re)assumiu o MinC, foi realizado um Encontro sobre Cultura Digital em Brasília para restabelecer o diálogo com os ativistas do campo. O tema da digitalização dos acervos memoriais foi tratado, mas pouco avançamos em termos de desenvolvimento de uma política. Apenas alguns novos projetos foram apoiados, mas já num contexto de contenção orçamentária e de disputa política muito acirrada no Brasil.

apoio do MinC aos editais conduzidos no contexto da Rede Memorial, assim como o Projeto Tainacan, indicavam alguma iniciativa no sentido de uma política nacional para os acervos digitais. Contudo, o quadro agora é ainda mais desalentador. Com o impedimento da presidenta, o novo governo, entre outras medidas, chegou a extinguir o Ministério da Cultura! Medida despropositada que, diante da reação da sociedade (sobretudo da classe artística), foi revertida. No momento, o MinC tem passado por grande instabilidade.<sup>53</sup> A atual administração não manifestou interesse pelo apoio à cultura digital, ainda mais sabendo que seus atores (animados por uma ética hacker) se colocaram prontamente na oposição ao processo político em curso.

No Brasil, as instituições memoriais, principais atores deste campo, ainda são muito frágeis. As instituições públicas, as mais estruturadas, são demasiado dependentes dos ciclos políticos e dos humores dos gestores... de forma que não podemos ter um prognóstico muito positivo. Não foi possível ainda estabelecer uma política pública para a digitalização dos acervos e as articulações em rede das instituições da memória são fracas e pouco operativas por falta de recursos, por falta de capacidade, por falta de orientação. Acredito, também, que por falta de compromisso da sociedade com a sua memória. O atual quadro político representa bem esta verdade.

Todavia, a força da cultura digital (do ativismo de seus atores) está hoje claramente associada às instituições memoriais, pelo menos em uma parte importante delas. A manutenção de propostas de redes colaborativas como a da Rede Memorial é mais do que uma possibilidade de resistência, é uma oportunidade de novas realizações. E é preciso estar preparado para contínuas retomadas.

## Referências

Alencar, A. F., Gomi, E. S., Kepler, F. N. e Tsujiguchi, V. H. (2012). Plataforma Corisco: os casos da Brasileira USP e do Instituto Paulo Freire. Em *Workshop de Software Livre* (WSL). Porto Alegre. Disponível em <http://wsl.softwarelivre.org/2012/0008>

---

<sup>53</sup> Em 12.05.2016, o Ministério da Cultura foi extinto e incorporado ao Ministério da Educação por medida provisória do governo interino de Michel Temer, assim que este assumiu após iniciado o processo de impedimento da presidenta Dilma Roussef. Diante da pressão dos setores da cultura, o governo voltou atrás e decidiu “recriar” o MinC em 23.05.2016, tendo nomeado Marcelo Calero como titular da pasta. Em 18.11.2016, Calero renunciou denunciando pressões sofridas por Geddel Vieira Lima, secretário de governo, e do próprio Michel Temer, para que alterasse uma decisão técnica do IPHAN, que havia desautorizado a construção de um edifício de 30 andares em área protegida na cidade de Salvador.

- Alemida, A. et al. (Orgs.) (2013). *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura (2003-2010)* Gilberto Gil e Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal.
- Anderson, C. (2006). *The Long Tail: Why the Future of Business is Selling Less of More*. New York: Hyperion.
- Brant, J. (2010). *Relato orientado do Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais*. São Paulo. Disponível em <http://culturadigital.br/simposioacervosdigitais/2010/06/30/relato-orientado-do-simposio-internacional-de-politicas-publicas-para-acervos-digitais/>
- Canelas Rubim, A. A. (2013). Políticas Culturais do Governo Lula. *Lusophone Journal of Cultural Studies*, 1, 224-242. Disponível em <http://www.estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/view/17/43>
- Carr, N. (2010). *The Shallows - What the Internet is Doing to Our Brains*. New York: W. W. Norton.
- Castells, M. (2008). Creatividad, innovación y cultura digital. Un mapa de sus interacciones. *Telos: Cuadernos de Comunicación e Innovación*, 77, 50-52.
- Castells, M. (2000). *A Sociedade em Rede*. São Paulo, trad. port., Paz e Terra.
- Conselho Nacional dos Arquivos (2010). *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*. Resolução Conarq n. 31, de 28 de abril. Disponível em [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Recomendacoes\\_digitalizacao\\_completa.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf)
- Costa, E. (2011). *Jangada Digital: Gilberto Gil e as políticas públicas para a cultura das redes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- Couto, J. (2006). Bibliotecas digitais. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, 62, 92-95.
- Crews, K. (2008). Study on Copyright Limitations and Exceptions for Libraries and Archives. 17ª sessão do *Standing Committee on Copyright and Related Rights da World Intellectual Property Organization (WIPO)*. Disponível em [http://www.wipo.int/edocs/mdocs/copyright/en/sccr\\_17/sccr\\_17\\_2.pdf](http://www.wipo.int/edocs/mdocs/copyright/en/sccr_17/sccr_17_2.pdf)
- Cubitt, G. (2007). *History and Memory*. Manchester: Manchester University Press.
- Da Costa Marques, I. (2010). *O Museu como Sistema de Informação*. Porto, dissertação de mestrado, Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55282/2/TESEMESISABELMARQUES000124492.pdf>

- Darnton, R. (2009). *The Case for Books: Past, Present and Future*. New York: PublicAffairs.
- Darnton, R. (2011). Six Reasons Google Books Failed. *New York Review of Books*, 28.03.2011. Disponível em <http://www.nybooks.com/daily/2011/03/28/six-reasons-google-books-failed/>
- Da Silveira, S. A. (2010). Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo, *Revista da USP*, 86, 28-39. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i86p28-39>
- DEN Foundation (Ed.) (2010). *Business Model Innovation - Cultural Heritage*. Amsterdam: Ministry of Education, Culture and Science. Disponível em [http://www.den.nl/art/uploads/files/Publicaties/BusModIn\\_eng\\_final.pdf](http://www.den.nl/art/uploads/files/Publicaties/BusModIn_eng_final.pdf)
- Epstein, J. (2006). Books@Google. *New York Review of Books*, 53(16). Disponível em <http://www.nybooks.com/articles/2006/10/19/booksgoogle/>
- Fentress, J. e Wickham, C. (2009). *Social Memory: New Perspectives on the Past*. Oxford: Blackwell.
- Galindo, M. (2014). Redes de sistemas memoriais: a redescoberta da colaboratividade. Palestra apresentada na Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro. Disponível em [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo\\_info/mi\\_2014/FCRB\\_MI\\_Sistemas-&-redes-memoriais.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info/mi_2014/FCRB_MI_Sistemas-&-redes-memoriais.pdf)
- Gil, G. (2007). Nova sede do IEB e da Biblioteca Guita e José Mindlin. *Revista do IEB*, 44, 309-312. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34575/37313>
- Gil, G. (2013a). Aula magna na USP - 10 de agosto de 2004. Em A. Alemida et al. (Orgs.), *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura (2003-2010)* Gilberto Gil e Juca Ferreira (p. 275). Rio de Janeiro: Versal.
- Gil, G. (2013b). Discurso em 2 de janeiro de 2003. Em A. Alemida et al. (Orgs.), *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura (2003-2010)* Gilberto Gil e Juca Ferreira (p. 239). Rio de Janeiro: Versal.
- Given, L. M. e McTavish, L. (2010). What's Old Is New Again: The Reconvergence of Libraries, Archives, and Museums in the Digital Age. *The Library Quarterly*, 80(1), 7-32. <https://doi.org/10.1086/648461>
- Gomi, E. S. e Kepler, F. N. (2011). Plataforma Corisco: O Projeto e as Lições Aprendidas. Em *Conference on Technology, Culture and Memory*

- (CTCM), Recife/PE. Disponível em [http://www.liber.ufpe.br/ctcm2011/anais/anais\\_ctcm/18\\_Plat\\_Corisco.pdf](http://www.liber.ufpe.br/ctcm2011/anais/anais_ctcm/18_Plat_Corisco.pdf)
- Guerreiro, D. M. e Borbinha, J. L. (2014). Humanidades Digitais: Novos desafios e oportunidades. *Cadernos BAD* (Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação), 1, 63-78. Disponível em <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1060/pdf>
- Gouveia Júnior, M., Galindo, M., Verissimo Soares, S. M. e Moreira do Nascimento, Â. C. (2015). A missão da Rede Memorial: capital social, sistemas e redes de colaboratividade. *Em Questão*, 21(1), 76-95. <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245211.76-95>
- Halbwachs, M. (2007 [1997/1950]). *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel.
- Himanen, P. (2001). *The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age*. New York: Random House.
- Homulus, P. (1990). Museums to Libraries: a Family of Collecting Institutions, *Art Libraries Journal*, 15, 11-13. <https://doi.org/10.1017/S0307472200006581>
- Jeanneney, J.-N. (2007). *Google and the Myth of Universal Knowledge*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Kandel, E. (2009). *Em busca da memória: o nascimento de uma nova ciência da mente*. São Paulo, trad. port. Companhia das Letras.
- Ketelaar, E. (2000). Archivistics Research Saving the Profession. *The American Archivist*, 63(2), 322-340. <https://doi.org/10.17723/aarc.63.2.0238574511vmv576>
- Kumar, G. S. & Li, S. (26 de mayo de 2011). Digitizing Knowledge: Harvard-supported Digital Public Library of America Looks to Share Intellectual Wealth of Top Research Libraries. *Harvard Crimson*. Disponível em <http://www.thecrimson.com/article/2011/5/26/library-books-google-dpla/>
- Le Coadic, Y. F. (1997). Science de l'information. Em S. Cacaly, *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Éditions Nathan.
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas.
- Lévy, S. (1984). *Hackers: Heroes of the Computer Revolution*. New York: Anchor Press.
- Lipovetsky, G. e Serroy, J. (2011 [2008]). *A Cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada* (pp. 80-81). São Paulo: Cia. das Letras.
- Litwin, R. (17 de diciembre de 2004). On Google's Monetization of Libraries.

- Library Juice*. Disponível em [http://libr.org/juice/issues/vol7/LJ\\_7.26.html#3](http://libr.org/juice/issues/vol7/LJ_7.26.html#3)
- Malaguti, Á. (2011). Encontros técnicos sobre conteúdos e acervos culturais digitais: descrição, integração e ampliação do acesso, São Paulo e Rio de Janeiro, relatório técnico.
- Malheiro da Silva, A. (2006). Informação e Comunicação: as duas faces de Jano. *Prisma.com*, 2. Disponível em <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/606/551>
- Malheiro da Silva, A. (2002). Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. Em *Atas do 1o. Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus* (pp. 573-598). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Marques, F. (2015). Resgate de conhecimento: digitalização de acervos traz à tona raridades e documentos esquecidos e ajuda a aperfeiçoar o trabalho de pesquisadores. *Pesquisa Fapesp*, 231, 32-38. Disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/05/15/resgate-de-conhecimento/>
- Martinho, C. (2003). *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF. Disponível em <https://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/?3960>
- Menezes Balbi, F., Zendron, P. e Marcelino, G. (2014). O setor de acervos memoriais brasileiros e os dez anos de atuação do BNDES: uma avaliação a partir da metodologia do Quadro Lógico. *Revista do BNDES*, 41, junho. Disponível em [https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev4101.pdf](https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev4101.pdf)
- Miller, W. e Pellen, R. M. (2005). *Libraries and Google*. Binghamton: The Haworth Information Press [publicado simultaneamente como volume especial da *Internet Reference Services Quarterly*, 10(3/4). Disponível em <http://www.tandfonline.com/toc/wirs20/10/3-4>].
- Ministério da Ciência e Tecnologia (2000). *Sociedade da Informação no Brasil: livro verde*. Brasília, MCT. Disponível em <https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>
- Nakano, N., Vicentini Jorente, M. Jo. e Galindo, M. (2017). ICTs and Inclusion Policies in Brazil: Converging Efforts Towards Memory and Heritage Preservation. Em L. Robinson, J. Schulz, H. S. Dunn (Eds.), *Communication and Information Technologies Annual (Studies in Media and Communications,*

- Volume 12) (pp. 207-229). Emerald Group Publishing Limited. Disponível em <http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/S2050-206020160000012012>
- Nora, P. (1984). Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux. Em P. Nora (Dir.), *Les Lieux de mémoire* (tomo 1, vol. 1) (pp. XV-XLII). Paris: Gallimard.
- Ortellado, P. (2011). A economia criativa e a economia social da cultura. Disponível em <http://www.gpopai.org/ortellado/2011/04/a-economia-criativa-e-a-economia-social-da-cultura/>
- Parra, H., Ortellado, P. e Rhatto, S. (Orgs.) (2013). *Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia*. São Paulo: edição própria [digital]. Disponível em <https://pimentalab.milharal.org/files/2013/05/MOVIMENTOS-EM-MARCHA-livro.pdf>
- Paixão de Sousa, M. C. (2013). Breve Histórico da AHDig. Site da Associação. Disponível em <https://ahdig.org/2013/11/05/breve-historico-da-ahdig/>
- Paixão de Sousa, M. C. (2011). Um breve panorama. Site do Grupo de Pesquisa Humanidades Digitais da Universidade de São Paulo. Disponível em <https://humanidadesdigitais.org/breve-panorama/>
- Puntoni, P. (2008). As Bibliotecas Digitais e a sociedade da informação: perspectivas para as bibliotecas digitais no Brasil. *Revista da USP*, 80, 44-53. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13714/15532>
- Rede Memorial (2012). Carta do Recife 2.0, São Paulo, junho de 2012. Disponível em <http://redememorial.org.br/>
- Ribeiro, F. (2005). Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso. Comunicação apresentada ao *I Encontro de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação - A informação nas organizações: o desafio da era digital*, promovido pela Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, do Instituto Politécnico do Porto, em Vila do Conde, 25 de maio de 2005. <http://hdl.handle.net/10216/9019>
- Santana, B. e da Silveira, S.A. (2007). Diversidade Digital e Cultural, apresentação no *Seminário Internacional de Diversidade Cultural*, Brasília, 20 de junho de 2007. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2007/06/20/diversidade-digital-e-cultura-porsergio-amadeu-e-associados/>
- Savazoni, R. (2014). *Os novos bárbaros: a aventura política do fora do eixo*. Rio de Janeiro: Aeroplano.



- Schreibman, S., Unsworth, J. e Siemens, R. (Eds.) (2004). *A Companion to Digital Humanities*. Oxford: Blackwell.
- Suber, P. (2005). Google's Gigantic Library Project. *The Sparc Open Access Newsletter*, 81, 2 de janeiro. <https://dash.harvard.edu/handle/1/4552061>
- Taddei, R. (2010). Políticas Públicas para Acervos Digitais: propostas para o Ministério da Cultura e para o setor. São Paulo, relatório final do SIPPAD ,
- Torturra, B. (2011). Ministério da Cultura. *Revista Trip*, 199, maio. Disponível em <https://revistatrip.uol.com.br/trip/ministerio-da-cultura>
- Vianna, H. (2007). Políticas da Tropicália. Em C. Basualdo (Org.), *Tropicália: uma revolução na cultura brasileira* (pp. 134-141). São Paulo: Cosac & Naify.
- Vise, D. A. (2005). *The Google Story*. New York: Bantam Dell.
- Wachowicz, M. e Pereira dos Santos, M. J. (Orgs.) (2010). *Estudos de direito do autor e a revisão da lei dos direitos autorais* (Anais do III Congresso de Direito de Autor e Interesse Público). Florianópolis: Fundação Boiteux. Disponível em [http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/livro\\_mw\\_estudodireitoautor.pdf](http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/livro_mw_estudodireitoautor.pdf)